



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2023

Processo Licitatório nº: 12.303/2023

Processo de Impugnação n.º: 823/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de Material Cirúrgico e Hospitalar Descartável, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses .

IMPUGNANTE: JANETE LOPES SOARES

IMPUGNADO: EDITAL

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa JANETE LOPES SOARES, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 179/2023.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 010 de 04 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 04 de janeiro de 2023, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a Impugnante:

A impugnante sucintamente alega que o edital é omissivo quanto a diversas normas técnicas – ABNT – NBR, que deveriam ser exigidas para os itens 02, 03, 05, 07, 08, 09, 14 e 15 do Termo de Referência.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante:

*"Recebimento da presente Impugnação, em cumprimento ao art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a" da Constituição da República, artigo 41, §2º da Lei nº 8.666/93 e, art. 164 § único da Lei 14.133/21; "*

*"Para os itens 02, 03, 05, 07, 08, 09, 14 e 15 do Termo de Referência, é necessário sanar a omissão quanto às exigências da ABNT - NBR."*



Comissão de Pregão III

*"Por conseguinte, requer a retificação do edital, na forma da lei, com sua republicação e ampla divulgação da nova data para a sessão pública e da entrega dos documentos de habilitação e propostas, conforme princípio constitucional da publicidade, disposto no art. 37 da Constituição Federal, sob pena de nulidade."*

IV. DA ANÁLISE

O Edital do Pregão Eletrônico dispõe que:

10.13.1 - Somente o licitante vencedor deverá apresentar o Certificado de Registro de Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou cópia da publicação no D.O.U., podendo também apresentar o espelho do registro do produto disponibilizado no site da ANVISA (art. 12º, da Lei Federal nº 6.360/1976; art. 14º, do Decreto Federal nº 79.094/1977).

Conforme se verifica no instrumento convocatório, os itens a serem adquiridos necessitam de registro junto à ANVISA, nos termos da Lei Federal nº 6.360/1976. Para registro dos produtos junto à ANVISA, é necessário que o fabricante cumpra com todas as normas técnicas e legislações correlatas pertinentes.

Desta forma, ao exigir o registro do produto junto à ANVISA, restam atendidas todas as demais exigências.



Comissão de Pregão III

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa JANETE LOPES SOARES, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 179/2023, no mérito, NEGO PROVIMENTO pela alteração do edital em comento.

Nova Friburgo, 17 de janeiro de 2024.

**Eliza Souza Machado**  
Pregoeira - Comissão de Pregão III